

Órgão Oficial do Sindicato dos Servidores
do Ministério Público do Estado de São Paulo

Jornal do **SINDMINP**

Edição nº 6 - julho/agosto/setembro de 2006 - SÃO PAULO

A LUTA NÃO PARA E PRECISAMOS MUITO DE VOCÊ!

DIRETORIA DO SINDICATO ATUA EM VÁRIAS FRENTES

A diretoria do sindicato continua fazendo contatos e discutindo a nossa situação. Quando seremos recebidos pela DG? O que podemos fazer para conseguir ser ouvidos? Precisamos das idéias e da demonstração de união de todos os servidores, para a conquista de melhores condições de vida e trabalho. Precisamos da pressão de todos(as) os(as) colegas, pois pouco pode a presidente do Sindicato sozinha, ainda mais sem nenhum diretor liberado para a atuação junto às bases. Mesmo assim, fazemos o que podemos.

Durante o Seminário sobre Crédito Consignado, realizado em 29 de junho último no auditório do MP, a presidenta Jacira Costa e Silva esteve em contato com o procurador Antonio Herman Benjamin, entregando-lhe cópias do ofício e resposta do MP relativas à proibição de nossa atuação sindical. Em 27 de julho, o Sindicato protocolou novo ofício dirigido à DD. Diretora Geral do MPSP, onde cobra o pagamento das férias indeferidas e o reajuste retroativo à data base, 1º de março, para os meses de agosto e



Plenária do movimento sindical - foto: Ichiro

entregar-lhe documento relatando nossa situação, em mãos. O relatório foi entregue ainda para lideranças de vários partidos, entre as quais o Senador Suplicy e o Presidente da Câmara, Aldo Rebelo, e também para o presidente da CUT. **ATÉ QUANDO AGÜENTAREMOS ESPERAR PELO JUSTO???**



Manifestação de funcionários do MP

setembro. Adivinhe qual foi a resposta?

E no dia 18 de agosto, em plenária do movimento sindical com o Presidente Lula, o Sindicato conseguiu

ABERTO PROCESSO NO CONSELHO NACIONAL

Diante da inércia da Administração do Ministério Público do Estado de São Paulo em atender as reivindicações da categoria e a maneira antidemocrática com que vem tratando os seus servidores, mudamos de estratégia. Levamos ao conhecimento do Conselho Nacional do Ministério Público, por meio de ofício, algumas queixas da categoria. A resposta do Conselho foi instaurar um processo, sob nº 0.00.000.000306/2006-60, distribuído ao Conselheiro Luciano Chagas da Silva e que poderá ser acompanhado pelo endereço eletrônico.

:: Saiba mais na página 3 >

METROVIÁRIOS DÃO EXEMPLO

Caos na cidade, maior congestionamento do ano, foram manchetes dos jornais no dia 15 de agosto, em referência à greve de 24 horas, realizada pelos metroviários de São Paulo. Mas a manifestação não lutava por salários e sim por uma causa de interesse de toda a população paulistana. O Sindicato dos Metroviários decidiu fazer a paralisação como protesto contra a concessão pelo Estado da linha 4 (Luz-Vila Sonia) à iniciativa privada. Nós, cidadãos, sabemos como pioraram os serviços que foram privatizados em nosso país nos últimos anos. Os sindicalistas dizem que a medida prejudica os trabalhadores, e destacam alguns dados do edital da licitação:

- O governo do Estado investirá mais de US\$ 922 milhões, acima de 73% dos recursos; a iniciativa privada investirá menos de US\$ 340 milhões, abaixo de 27% do total.
- O Metrô pagará o lucro prometido caso a arrecadação tarifária não atinja a meta estabelecida, durante os 30 anos de concessão.
- O Metrô abrirá mão de todo o rendimento dos empreendimentos associados nas estações e arredores, tais como lojas, shoppings, estacionamentos, publicidades, etc;
- O Metrô terá que construir sozinho o trecho de metrô de Vila Sônia até Taboão da Serra após 2012. Este recurso não está computado nos US\$ 922 milhões empenhados na concessão;
- Não está garantido que o concessionário terá que comprar os 29 trens que constam no edital, gastando menos de US\$ 340 milhões;
- Ostensivamente circular sem operadores; haverá apenas um funcionário por estação; o Corpo de Segurança será reduzido; não haverá concurso público para ingresso de metroviários na Linha 4 - Amarela;
- A jornada de trabalho será maior; o salário será reduzido; o acordo coletivo dos metroviários não será respeitado pela empresa privada.

CUT COMEMORA 20 ANOS DE POLÍTICA DE GÊNERO



Ministra Nilcéia Freire

Com a presença da Ministra Nilcéia Freire, da Secretaria Especial da Mulher, e de dezenas de representantes de organizações nacionais e internacionais, a Central Única dos Trabalhadores comemorou, no dia 9 de agosto último, 20 anos de política de gênero. A cerimônia rememorou diversos momentos importantes no processo recente de organização das mulheres trabalhadoras, das lutas históricas até as atuais, a partir da criação da primeira Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora da CUT, em 1986. Hoje as mulheres representam cerca de metade da população economicamente ativa, têm mais anos de estudo que os homens, mas continuam a receber em média 30% menos do que eles. Ainda existe a dupla jornada de trabalho, a desigualdade no acesso à promoção na carreira, o assédio moral e sexual maior, entre outros problemas que as mulheres enfrentam. A CUT é a central sindical com maior experiência acumulada de participação e organização de mulheres. No evento foi ainda lançado o livro "Mulheres na CUT: Uma História de Muitas Faces", que tem por autoras as coordenadoras/secretárias destes 20 anos de luta - Didice Godinho Delgado, Luci Paulino, Sandra Rodrigues Cabral e Maria Ednalva Bezerra de Lima -, mas que reúne a memória das lutas de milhares de trabalhadoras brasileiras nas últimas décadas.

O SINDMINP AGORA É CUT

Depois de um processo de consulta aos servidores, a atual direção do Sindminp filiou-se à Central Única dos Trabalhadores/CUT, reconhecida internacionalmente como a central sindical mais importante da América Latina.

A CUT foi criada em 1983, como evolução do processo de reorganização dos movimentos sociais no Brasil, iniciado nos anos 70, no contexto da luta contra a ditadura militar, por democracia e cidadania. A central conta atualmente com 3 mil sindicatos filiados, que representam 18 milhões de trabalhadores e trabalhadoras. Possui confederações em 18 ramos de atividades, organizações nacionais de diversas categorias, entre as quais a dos servidores públicos. Diversos sindicalistas ficaram entusiasmados com a nossa filiação, pois somos uma categoria que pode contribuir para a luta geral dos trabalhadores. A presidenta Jacira Costa Silva acredita que "a filiação à CUT nos deixará mais próximos das negociações coletivas que os servidores estaduais estão tentando construir". Para o assessor sindical, Dimas Nascimento, a filiação quebra o isolamento e nos fortalece.



Dimas Penha, José Luis Feijóo e Jacira Costa

Durante a participação no Seminário sobre Crédito Consignado, no final de junho, a presidenta do Sindminp, Jacira Costa e Silva e o assessor Dimas Nascimento tiveram oportunidade de conversar com José Luiz Feijóo, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e dirigente da CUT. Feijóo estranhou o fato da direção do MP tentar impedir a atuação do sindicato. "O trabalho sindical tem garantia constitucional", disse. Estranhou também a recusa da direção em negociar com os trabalhadores, principalmente vinda de uma instituição que deveria zelar pela observância do regime democrático.

E AS NOSSAS REIVINDICAÇÕES??

Enquanto outras categorias têm obtido ganhos reais nas negociações salariais e acordos coletivos, nós, servidores do MPSP, continuamos sem qualquer perspectiva de recuperação de uma década de perdas.

Baseado no estudo de 271 unidades de negociação, o DIEESE aponta que 82% dos acordos obtiveram ganhos reais no primeiro semestre deste ano; 14% igualaram a inflação e apenas 4% negociaram índices inferiores à inflação do período. Das unidades analisadas, o setor de comércio foi o que apresentou maior índice de reajuste acima da inflação, 91%; na indústria, 84% dos acordos superaram o INPC e no setor de serviços, 77% superaram o índice.

Como viver com a diminuição do poder de compra dos nossos salários, defasados em cerca de 70%, enquanto nossos compromissos financeiros aumentam dia a dia? Como aceitar o fato de não recebermos sequer o reajuste retroativo a nossa data-base?

SAÚDE E EDUCAÇÃO

E melhores condições de vida e trabalho não consistem só de salário. Aliás, de nada adianta um aumento, se ele for obtido por meio de esforços além da conta, humilhações, e tiver que ser gasto com a saúde, em psicólogos e remédios. Nada mais efetivo para nos trazer doenças do que a somatização provocada pela baixa auto-estima, preocupações excessivas, dívidas, etc.

Por isso, a pauta que queremos negociar apresenta outras reivindicações, muitas já conquistadas por outras categorias de trabalhadores, como os vales transporte e refeição, os auxílios creche, educação e saúde. O único em que obtivemos algum retorno foi o vale-refeição - afinal, sem comer não se vive. A revalorização para 6 reais, porém, revela a que nível queremos que cheguemos...

Ainda no tocante à saúde, o grande aumento de doenças profissionais - consideradas acidentes de trabalho -, tornam importantes as reivindicações em relação à CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes. A eleição de colegas dispostos a realmente trabalhar por melhores condições de trabalho e saúde, pode garantir benefícios a todos os servidores. Mas, para isso, é preciso haver transparência e democracia nos processos de constituição da CIPA e no desenvolvimento de seu trabalho.

LIBERDADE E AUTONOMIA SINDICAL

Foi no processo de redemocratização do Estado brasileiro, lá pelo final dos anos 70, que a maioria dos sindicatos brasileiros conquistou o direito a organizar-se com mais liberdade e autonomia. Nas últimas décadas, os trabalhadores adquiriram direitos, construíram centrais sindicais, a partir da organização da base em seus sindicatos. Os mais fortes são aqueles que aprenderam o valor da democracia, fortalecendo as boas lideranças e livrando-se dos maus dirigentes. Também neste processo, fortaleceu-se o papel do Ministério Público, e adquiriu maior importância o trabalho de seus servidores.

Entretanto, a DG do MPSP vive em outra época histórica. Como pode um Sindicato ter uma atuação competente sem nenhum de seus diretores liberado do trabalho para essa função? Numa categoria estadual, há também a necessidade da legalização de representantes sindicais nos locais de trabalho. São reivindicações também na pauta de reivindicações.

Precisamos do apoio de cada servidor em seu local de trabalho. O ruído da nossa insatisfação tem que ser ouvido por quem pode mudar esta situação. Se todos e todas murmurarmos juntos(as), o som será forte e pungente. Contamos com você!

HORAS EXTRAS E ASSÉDIO MORAL

Renda do trabalhador diminuindo é sinal de mais horas extras, férias vendidas, saúde deteriorada. Junte-se a isto o assédio moral, cada vez mais usado nas relações de trabalho, sobretudo no setor de serviços, e temos um dos aspectos mais levantados por alguns sindicatos em nosso país.

Pesquisas desenvolvidas pela CUT em algumas categorias, revelam o crescente assédio moral, manifestado em ações como sobrecarregar o funcionário de trabalho, ameaçar constantemente com demissão, transferência, rebaixamento, falar aos gritos, submetê-lo a tarefas humilhantes, fazer brincadeiras de mau gosto, proibir de falar com o colega do

sindicato, etc. Os resultados mostram a associação desta situação com altas porcentagens de trabalhadores que vivem tensos ou preocupados, dormem mal, sofrem constantes dores de cabeça ou de estômago, acusam cansaço permanente ou têm falta de apetite, sentem tristeza freqüente ou se consideram inúteis.

As mulheres, além de sofrerem mais assédio, enfrentam a dupla jornada de trabalho. Pelas pesquisas, são elas que recebem mais ameaças, apresentam mais doenças profissionais, identificam melhor a depressão e se negam mais a fazer horas extras. Por isso, alguns sindicatos têm se unido para combater as horas extras, o assédio moral e suas conseqüências, assuntos que também estão na pauta do SINDMINP.

SEM DEFINIÇÃO ÍNDICE DE REAJUSTE E INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS

Atendendo a solicitação do SINDMINP a respeito das férias indeferidas, a Diretoria Geral do MP enviou resposta pelo ofício 1288/2006, de 28 de abril, alegando que a Lei Orçamentária para o presente exercício foi aprovada somente em março, no período de interinidade que precede a eleição do Procurador-Geral da Justiça do Estado de São Paulo.

No segundo tópico informa que foi instituída data-base para os reajustes salariais dos servidores do MP, em 1º de março (Lei 12190 de 06/01/2006), com efeito retroativo a 1/03/2004. A direção do MP alega não ser possível projetar o impacto orçamentário que terá o novo reajuste com a retroação em 2004, mas que está sendo estudado, mesmo porque também ainda não foi definido o índice. Resumindo, a DG não tendo como saber o impacto do nosso reajuste salarial, também não pode estabelecer um calendário de indenização de férias.

SEREMOS CIDADÃOS SEM DIREITOS?

"O Ministério Público é a Instituição responsável pela defesa dos cidadãos, na perspectiva dos direitos coletivos e da fiscalização do cumprimento da lei, em causas em que haja interesse público" - definição encontrada no Portal do Ministério Público do Estado de São Paulo. Entretanto, no estado mais rico do país, os servidores do MP não têm direito a quase nada.

Dez anos sem aumento real dos salários, cujo poder de compra reduziu-se a um terço, e temos como resultado o empobrecimento da categoria, que atinge até a prestação de serviços a que decidimos nos dedicar por toda a vida. O trabalho poderia ser melhor se as condições fossem mais favoráveis, se não precisássemos chegar ao cúmulo de vender férias para aliviar as dívidas que se acumulam. Além dos casos de doenças físicas e psicológicas, chegam ao Sindicato denúncias de funcionários obrigados a realizar tarefas da vida privada de promotores de justiça, tais como ir ao banco, lavar o carro, etc... O MP deve ainda promover os interesses republicanos e os valores democráticos. Será que os indivíduos, ao serem aprovados num concurso público e

tornarem-se servidores desse mesmo Ministério, deixam de fazer parte da sociedade? A atitude da diretoria do MPSP, não nos recebendo para negociar, ignorando as demandas apresentadas pelo SindMinp, representante legal dos servidores, não constitui bom exemplo dos valores democráticos. Seremos nós cidadãos sem direitos?

COM A PALAVRA O CONSELHO NACIONAL

Queixas e reivindicações dos servidores do MPSP foram claramente expostas em ofício, de 19 de junho, enviado pelo SindMinp ao Conselho Nacional do Ministério Público.

O CNMP foi instituído por Emenda Constitucional, em dezembro de 2004, com atribuição de controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros. Instalado em junho de 2005, o CNMP tem sede em Brasília e funciona atualmente no edifício da Procuradoria-Geral da República. É composto por quatorze membros, incluindo-se o Procurador-

Geral da República, que o preside, quatro membros do Ministério Público da União e três membros do Ministério Público dos Estados.

Qualquer cidadão ou entidade pode se dirigir ao Conselho Nacional para fazer reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público, inclusive contra seus serviços auxiliares. Encontramos assuntos diversos no site do CNMP, desde solicitações de MPs estaduais, discutindo critérios para promoção ou remoção por merecimento na carreira de membros do MP, a processos pedidos por outros sindicatos de servidores. A partir do nosso ofício, foi instaurado o processo de nº 0.00.000.000306/2006-60, distribuído ao Conselheiro Luciano Chagas da Silva, que poderá ser acompanhado pelo endereço eletrônico www.cnmp.gov.br.

Esperamos contar com a sensibilidade dos conselheiros para diminuir nossas dificuldades. A expectativa do Sindicato é que se dignem a promover a alteração de nossos vencimentos e a de elaborarmos, juntos, um plano de carreira, como, de resto, já o fizeram outros Ministérios Públicos da Federação e Ministério Público Federal.

O BRASIL ESTÁ NAS SUAS MÃOS

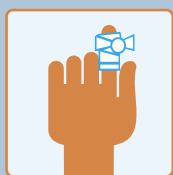
Charge Lane



Em poucos dias todos nós, cidadãos brasileiros, teremos uma grande responsabilidade pela frente: escolher as pessoas que irão governar o Estado, o Brasil e nos representar na Câmara e no Senado. Num momento histórico em que os políticos brasileiros encontram-se desacreditados por tantos escândalos e corrupção, a eleição de 2006 reveste-se de ainda maior importância. O mito de que todos os políticos são iguais, a ausência de memória do voto e de participação dos eleitores

na cobrança de compromissos dos seus representantes, são paradigmas que precisam ser transformados, numa eleição com mais consciência. É necessária muita disposição para analisar as propostas e a atuação dos candidatos, escolhendo parlamentares com verdadeira vocação política, que cumpram seu papel de servir ao interesse público, que defendam idéias que não têm preço! **A responsabilidade de transformar este país é nossa, e o mínimo que fazemos é votar com consciência!**

ASSOCIE-SE E DESFRUTE DOS NOSSOS CONVÊNIOS



Taxas menores no Convênio Médico

Em negociações do SindMinp com a **Unimed**, conseguimos obter uma tabela de preços mais acessíveis, vigorando até abril de 2007. Para os associados de idade entre 22 e 44, por exemplo, a mensalidade do plano básico é de R\$ 83,26 e do plano Máster (o máximo) é de R\$ 202,23. Venha conhecer os novos preços no Sindicato.



Bem Vindo ao Club de Férias

Chalés e apartamentos mobiliados com todo o conforto, de norte a sul do país, fazem parte do Club de Férias, novo convênio efetuado pelo SindMinp. São Tomé das Letras, Ilhabela, Brasília, Salvador, Rio das Ostras, Valinhos... e muitos outros lugares para você desfrutar com sua família. Associados, visitem o site www.clubdeferias.com.br

Além dos novos, continuam

Skill (Inglês e Espanhol); **UNIP** (Univ. Paulista); **UMC** (Univ. Mogi das Cruzes); **Fantasy Acqua Club**; **Playcenter** e outros.

Visite o site do sindminp e conheça tudo o que o Sindicato oferece.

O site está sendo totalmente repaginado, de forma a fornecer mais informações e permitir maior interação com os associados www.sindminp.org.br.